MONTEMOR-O-VELHO
(Montemor-o-Velho)

A importância de Montemor-o-Velho resulta da sua implantação na margem norte do Mondego, a 16 km da foz do rio, permitindo o controle dos acessos fluviais à cidade de Coimbra, sede de condado (entre 878-987), sede de bispado e, durante várias décadas, residência habitual dos monarcas portugueses (1131-c. 1254). Neste sentido, o morro do castelo de Montemor-o-Velho não pode ser desligado do vizinho castelo de Santa Eulália, onde se detetaram vestígios de uma importante ocupação púnica e que foi, na Idade Média, ocupado por um castelo. À semelhança de Santa Eulália, os testemunhos de ocupação humana em Montemor-o-Velho remontam a épocas recuadas – pelo menos aos tempos do domínio romano, documentados pelo aparecimento de uma inscrição funerária, de sarcófagos, de parte de uma ara dedicada a Júpiter (no cunhal da igreja de Santa Maria da Alcáçova) e por referências ao achado de colunas e mosaicos. A estrutura militar é mais recente que esses vestígios, mas, ainda assim, bastante antiga. A sua construção pode ser atribuída ao período compreendido entre 843-844 e 859,



Montemor-o-Velho. Vista aérea (Google Maps. Imagens ©2023 CNES / Airbus, IGP/DGRF, Maxar Technologies, Dados do mapa ©2023)

quando a costa atlântica da Península Ibérica foi fustigada por vários ataques vikings. Isto significa que a origem do castelo remonta ao período da primeira dominação muçulmana (compreendido entre 715-716 e 878). E que a fundação do *qalat Ward* (mencionada por Ibn Hayyān no *Almuqtabis* II-1), depois designado *hisn* de *Munt Mayur* (referido por IIbn Hayyān no *Almuqtabis* III, por al-Idrisi e por al-Razi), foi sensivelmente contemporânea da criação dos primeiros castelos no norte cristão. Em 878 verificou-se a presúria de Coimbra, pelo conde Hermenegildo Guterres, e com ela foi criado o Condado de Coimbra, que sobreviveu até às razias de al-Mansur. Durante pouco mais de um século, o vale do Mondego foi controlado pelas forças cristãs e o castelo de Montemor inseriu-se na rede de estruturas militares em que o condado se apoiou. Relacionadas com a fase final deste primeiro domínio cristão sobreviveram três importantes inscrições: o epitáfio de Ero (de 1 de julho de 982), uma inscrição consagrada a São Tiago (sensivelmente contemporânea) e o duplo epitáfio de Randulfo e Ansemondo (falecidos em 982 e 985, abril, 25). As duas primeiras foram recolhidas na igreja paroquial de São Martinho; a última encontra-se embutida na capela de São Paulo de Outil. As três inscrições testemunham-nos a vitalidade do povoamento desta zona durante os derradeiros momentos de vigência do Condado Conimbricense. Mas a conquista de Coimbra por al-Mansur, em 987, ditou o regresso das Beiras ao domínio muçulmano e o castelo de Montemor não conseguiria resistir muito tempo. Segundo os registos analísticos cristãos, a 2 de dezembro de 990 a estrutura militar seria de novo conquistada por al-Mansur. Mas as fontes muçulmanas referem duas expedições de al-Mansur contra Montemor – em 990 (no âmbito da 35ª campanha militar) e no ano 1000 (na 53ª campanha militar do caudilho) – sugerindo que a primeira expedição não fora suficiente para assegurar o controle da fortificação. O acordo estabelecido entre as forças muçulmanas e a família condal conimbricense, em 987, permitiu que esta não se afastasse totalmente do poder. A morte de al-Mansur (1002), de seu filho (1008) e a instabilidade que se seguiu, que conduziu à formação das primeiras Taifas, criaram expectativas nas forças cristãs do norte, que viram aqui a oportunidade de começar a infletir o sentido dos acontecimentos. A partir dos inícios do século XI começamos a detetar movimentações militares do norte cristão contra Montemor, o que espelha o reconhecimento do valor estratégico que esta fortificação tinha em relação à cobiçada cidade de Coimbra. Em 1017, quando o castelo de Montemor ainda estava na posse muçulmana e era governado por Froila Gonçalves (descendente da família condal conimbricense), encontramos a notícia do ataque de Mendo Luz (provável elemento da

Perspetiva geral desde o lado sudeste



família condal portucalense). O sucesso militar deste último permitiu-lhe deixar um nobre da sua *entourage*, Gonçalo Viegas (de Marnel), à frente dos destinos desta fortificação. É provável que este domínio cristão fosse efémero porque em 1034 temos notícia de nova incursão, desta feita organizada por Gonçalo Trastemires, figura nodal no devir da linhagem dos senhores da Maia, que, graças ao crescente protagonismo militar, atingiriam o estatuto de ricos-homens logo na geração seguinte. Este processo ascensional, que estava a ser ensaiado por outras famílias da nobreza do Douro Litoral (como os senhores de Riba Douro), deve ter suscitado rivalidades porque, quatro anos volvidos, em 1038, Gonçalo Trastemires seria assassinado em Avioso (Maia). O percurso acidentado do castelo de Montemor ao longo da primeira metade do século XI apenas conheceria estabilidade depois da conquista definitiva de Coimbra, por Fernando o Magno e pelo alvazil Sesnando Davides, em 1064. No entanto, é provável que o domínio cristão se tenha afirmado em Montemor um pouco mais cedo do que em Coimbra, uma vez que a partir de 1047 passamos a encontrar referências consistentes ao *territorio mons maior*, que se estendia até à foz do rio Vouga, tocando a fronteira meridional da Terra de Santa Maria. Ainda assim, todos estes complexos processos político-militares refletiram-se no povoamento da zona, que se ressentia dos anos de instabilidade e insegurança. Por um documento de 1095 ficamos a saber que Afonso VI de Leão e Castela tinha confiado Montemor ao alvazil D. Sesnando para que este promovesse o seu repovoamento "com homens e com clérigos". A decisão régia terá sido tomada, portanto, algures entre 1073 e 1091 (entre a subida ao poder do monarca e a morte do alvazil). Em 1095 os condes D. Raimundo e D. Urraca entregaram Montemor a um conjunto de nove presores, todos pertencentes ao grupo dos cavaleiros de Coimbra. E, nesse mesmo ano, o presbítero Vermudo doou à sé de Coimbra e ao bispo D. Crescónio metade dos direitos da igreja de Santa Maria da Alcáçova, que reconstruíra a pedido do bispo de Coimbra: *quam ego a fundamento edificavi in castello quid vocatur mons maior circa interiorem murum ad australem parte*. Todos estes dados revelam que, no último quartel do século XI, o castelo de Montemor foi objeto de sucessivas medidas visando o restabelecimento do seu povoamento. A partir de então conhecemos os nomes dos seus tenentes e alcaides. Mas o domínio do vale do Mondego pelas forças cristãs não afastou, em definitivo, os exércitos muçulmanos destas paragens. A 4 de julho de 1116 o castelo de Santa Eulália, que as fontes analísticas dizem *situm sub Monte Maiore*, foi atacado pelos muçulmanos, na mesma campanha que afetou o castelo de Miranda do Corvo e que levou as populações de Soure a incendiarem o seu castelo e a refugiarem-se em Coimbra.

Perspetiva geral do castelo desde o lado norte

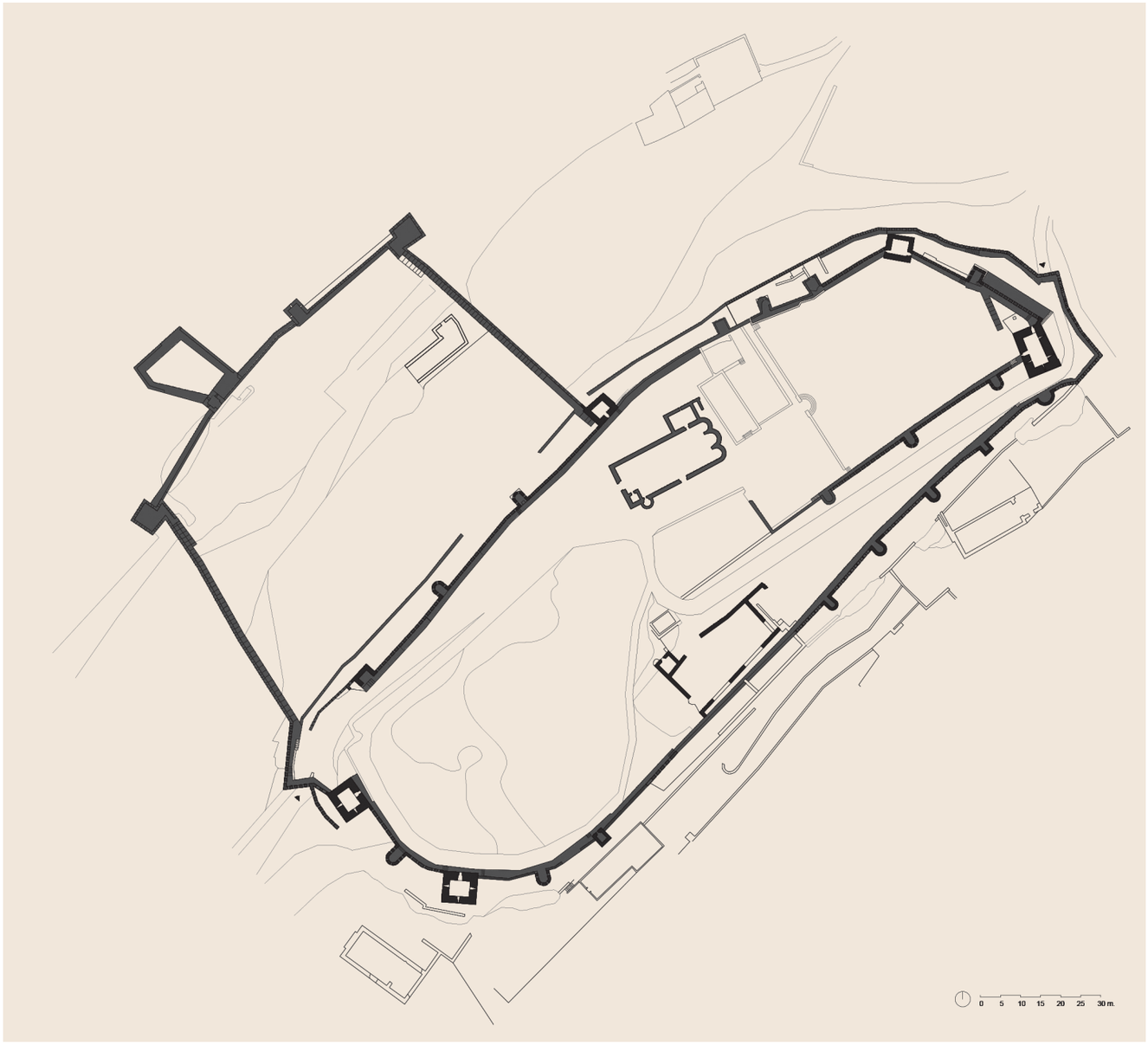


A estabilidade apenas seria assegurada com a conquista de Santarém e Lisboa (1147) e o controle da fronteira do vale do Tejo.

O destino de Montemor-o-Velho seria significativamente afetado pelas disposições testamentárias de D. Sancho I. Com efeito, em outubro de 1210, no seu segundo testamento, o monarca decidiu deixar à infanta D. Teresa, sua filha, o castelo de Montemor, entregando o castelo de Alenquer à infanta D. Sancha. Quando assumiu a coroa, em março de 1211, D. Afonso II recusou entregar estas praças fortificadas às duas princesas. A decisão do novo monarca agudizou as tensões entre os membros da família real e culminou na Guerra Civil de 1212. A evolução dos acontecimentos levou as duas princesas a prepararem as defesas das suas povoações. Nesse contexto, estando as duas infantas presentes em Montemor-o-Velho, decidem outorgar cartas de foral às duas vilas: assinam, as duas, o foral de Montemor, datado de maio de 1212, e a infanta D. Sancha promulga o foral de Alenquer, sozinha, no último dia de maio de 1212. O conflito militar eclodiu pouco depois, com D. Afonso II a ordenar o cerco das duas praças, cujos assédios se prolongaram por quatro meses, envolvendo o uso de engenhos de guerra. O cerco de Montemor foi conduzido por D. Martim Anes de Riba de Vizela, como se regista no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Os custos de guerra foram registados nas exposições que as duas infantas dirigiram ao Papa, que Fr. António Brandão publicou, pelas quais procuraram ser ressarcidas das despesas. Mas, apesar do conflito armado ter sido superado, a situação apenas se resolveria em 1223, com a morte de D. Afonso II e a subida ao poder de D. Sancho II. O castelo manteve-se na posse da infanta até à sua morte, em 18 de junho de 1250, regressando então à coroa. Em 15 de setembro de 1261, Afonso III doaria o castelo de Montemor-o-Velho à infanta D. Branca, sua filha, mas, certamente recordando-se da experiência passada, ressalvava o caso de a princesa casar fora do reino e assegurava que o castelo nunca poderia fazer mal ou guerra ao reino de Portugal. Vinte anos volvidos, entre 1278 e 1281, a princesa promoveria obras em Montemor-o-Velho. Já no século XIV, o castelo de Montemor foi cenário de nova guerra civil: a que opôs o infante D. Afonso (futuro Afonso IV) e seu pai, o rei D. Dinis, entre 1319 e 1324. O castelo seria cercado pelo infante revoltoso em dezembro de 1321 e conquistado a 1 de janeiro de 1322. Por fim, registemos que Montemor-o-Velho recebeu foral novo, das mãos de D. Manuel I, a 20 de agosto de 1516.

Castelo de Montemor-o-Velho

O CASTELO DE MONTEMOR-O-VELHO foi erguido a uma cota absoluta de 55 m, sobre uma pequena colina situada atualmente a 16 km (em linha reta) da foz do Mondego e a 23 km de Coimbra. Na idade média, a distância à linha de costa seria um pouco mais curta. O castelo compreende três recintos. O visitante entra nele pela Porta da Peste, rasgada a leste, na estrutura da barbacã. Trata-se de uma intervenção tardia, dos finais da idade média. Penetrando no interior do espaço depara, em frente, com um troço de muralha dotado de alambor, composto por silhares siglados, que pertence à intervenção da infanta D. Teresa, no contexto dos acontecimentos de 1212. Contornando a torre de menagem, erguida nos finais do século XII ou inícios da centúria seguinte (portanto, no reinado de D. Sancho I), começa a subir o morro, em direção à plataforma superior, coroada pela igreja de Santa Maria da Alcáçova. Quando está a empreender este percurso terá, à sua mão direita, um troço retilíneo de muralha, reforçado por três torreões semicirculares, equidistantes, que corresponde a um dos panos de muralha mais antigos. O seu aparelho de construção incorpora materiais reaproveitados (nomeadamente fustes de colunas) e apresenta uma organização muito característica (onde alternam, com alguma regularidade, fiadas de pedras delgadas com fiadas pedras mais potentes). Este pano de muralha deve pertencer à fase muçulmana do castelo. Na parte superior apresenta-se truncado, faltando toda a extensão voltada a poente, mas não é difícil perceber que ele infletia para norte e se unia à muralha setentrional no ponto onde se regista uma ligeira inflexão do seu percurso. A entrada desta primeira estrutura fortificada realizava-se pela "Porta da Vila" ou "Porta de Coimbra", que se



Planta

devia rasgar na zona onde, mais tarde, foi erguida a torre de menagem, onde vemos dois muros articulados em <. Esta solução de entrada, em cotovelo, é pouco comum, mas encontra paralelo no Castillo del Rio (Aspe, Alicante). Relacionados com a ocupação muçulmana de Montemor-o-Velho conhecem-se vários vestígios arqueológicos. Na zona envolvente da igreja de Santa Maria da Alcáçova apareceram bases (que se perderam), fustes de coluna, um capitel coríntio de época califal e dois fragmentos de *gesserias* (estes hoje no acervo do Museu Nacional Machado de Castro). O capitel, de tradição coríntia, com as folhas densamente trabalhadas, com recurso a trépano, pertence a uma família bem conhecida que tem paralelos em Elvas, em Silves ou em Medina al-Azhara. Os dois fragmentos de gesserias, provenientes do revestimento parietal de um requintado edifício, apresentam folhas em ataurique. A sua presença, nas imediações da igreja de Santa Maria da Alcáçova, confirma que o templo cristão foi erguido sobre as ruínas da mesquita muçulmana, a cujo edifício estes elementos deviam ter pertencido. No século XIX, Augusto Filipe Simões teve oportunidade de ver parte de um muro com embasamento pétreo e parede em taipa, naquele que



Perspetiva geral desde o lado oeste

é um dos mais setentrionais exemplos do uso da taipa em Portugal. A estrutura, de planta turriforme, podia corresponder a uma *burj* (anterior ao *hisn*) ou, eventualmente, ao minarete da mesquita. Recentemente, foi identificado outro importante testemunho muçulmano: um silhar com uma inscrição, que se encontra reaproveitado na segunda grande torre quadrangular a sul da Porta do Sol. Segundo Marco Penajoia, a inscrição dirá *Isto foi escrito por Asnā* (ou *Adyā*). A pedra, que provavelmente será oriunda de um dos troços de muralha desmontado, foi reaproveitada durante a construção do torreão ocidental.

Durante algum tempo o castelo de Montemor-o-Velho devia resumir-se à estrutura herdada do *hisn* muçulmano. Mas em finais do século XI, no quadro de uma série de medidas para restabelecer o bom povoamento de Montemor, o castelo sofreria uma primeira intervenção, com a construção da igreja de Santa Maria da Alcáçova. O templo, que, malgrado as reformulações posteriores, apresenta ainda fases antigas, apresenta inscrições funerárias que atestam o seu funcionamento a partir dos finais do século XI, altura em que o presbítero Vermudo doou metade dos seus direitos à sé de Coimbra. Referimo-nos aos epitáfios de Ermegildo (de finais do século XI) e de Eugénia (falecida em 1115, abril, 29). Nessa altura o edifício ainda não estaria concluído. Na realidade, a igreja apenas seria dedicada em 1 de julho de 1128, como atesta a inscrição embutida na parede lateral sul, comemorando a cerimónia presidida pelo Bispo de Coimbra, D. Bernardo, quando era prior do templo o presbítero D. Sesnando (um dos doze fundadores do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra). O recinto muralhado de Montemor-o-Velho albergava estruturas habitacionais no seu interior, mas nesta área mais antiga, que se desenvolve entre a igreja de Santa Maria da Alcáçova e a torre de menagem, elas foram encobertas pelo alteamento de cota do terreno e pela utilização deste espaço como cemitério (o que ainda acontecia em 1934, tendo sido abandonado entre este ano e 1944). A construção da torre de menagem, no reinado de D. Sancho I, ditou a alteração do sistema de entrada original, sobre cuja porta se ergueu a torre. Esta, de planta retangular, incorpora silhares trabalhados (nomeadamente um, com o remate inferior de um chanfro, reaproveitado em posição invertida) provavelmente oriundos do primitivo ingresso. Uma parte significativa da atual torre de menagem resulta da intervenção da DGEMN, uma vez que, antes do restauro, se erguia apenas até à cota do adarve da muralha. Esta zona seria reforçada, em 1212, com uma intervenção ordenada pela infanta D. Teresa, nas vésperas de eclodir o confronto com o seu irmão, D. Afonso II. Este troço de muralha tem características que o singularizam: tem alambor e é constituído por silhares siglados. Em alternativa à eliminação da porta original foi criado um novo acesso ao castelo, rasgado na muralha voltada a norte, que ainda hoje sobrevive, embora parcialmente encoberto por sedimentos.

Depois da construção da torre de menagem (talvez fruto da iniciativa de D. Sancho I) e do reforço da muralha junto dos antigos acessos (iniciativa da infanta D. Teresa, em 1212), o castelo de Montemor-o-Velho conheceu uma nova e importante reforma, com a ampliação do recinto muralhado para ocidente, até à Porta do Sol (ou Porta de Nossa. Senhora do Rosário). Esta fase compreendeu a construção de grandes torreões de planta quadrada. No pano de muralha voltado a poente abriu-se a Porta do Sol. Numa primeira fase, o troço de muralha onde a porta se implanta era mais estreito e mais baixo. Mais tarde seria ampliado, em largura e em altura, conservando-se a junta viva que assinala o alargamento e preservando-se a primitiva linha de ameias entaipada, bem percetível na estereotomia da muralha. A primeira torre quadrangular apresenta, no vão da porta, voltada ao pátio do castelo, duas medidas-padrão: a vara, com 109,5 cm (ou seja, com um erro por defeito de 0,5 cm), que apresenta gravado sobre ela o numeral "II"; e o côvado, com 67,4 cm (ou seja, com erro por excesso de 1,4 cm). Estas medidas não podem deixar de ser relacionadas com a feira anual que D. João I autorizou, em 19 de fevereiro de 1426, na primeira quinzena de setembro, depois encurtada para uma semana (entre 1 e 8 de setembro), mais tarde centrada na festa da Natividade da Virgem (quatro dias antes e quatro dias depois do dia 8 de setembro). A segunda torre, como já referimos, incorpora o silhar com a inscrição muçulmana. O alargamento do espaço amuralhado de Montemor-o-Velho permitiu abranger mais construções no seu interior, de que sobrevivem vestígios dos alicerces de algumas. Já na segunda metade do século XIV o castelo seria dotado de uma barbacã extensa, cuja construção obrigou à criação da Porta da Peste, voltada a nascente, por onde o visitante iniciou o seu percurso nesta fortificação. Com a construção da barbacã talvez se relacione uma referência documental de 1370, que revela a existência de obras em curso. Por fim, em finais do século XIV ou já na centúria de Quatrocentos, foi construído o grande recinto muralhado voltado a norte. A análise dos paramentos da muralha revela que se trata, indiscutivelmente, de obra mais tardia, uma vez que, na muralha norte, se preservam, uma vez mais, as duas cotas de ameias: a cota primitiva, fruto da campanha de ampliação do recinto até à Porta do Sol, e, sobre esta linha de ameias, a nova cota do adarve, ditada pela construção do recinto norte, com novo parapeito coroado por ameias. Esta sobreposição dos muros das duas estruturas é visível nas imediações da Porta do Sol (ou do Rosário). Este recinto norte veio englobar uma capela, dedicada a São João, já referida na lista das igrejas de 1220-1229 e no registo da Décima de 1320, ao lado das restantes igrejas de



Entrada a o castelo pelo norte. Porta da Peste e torre de menagem



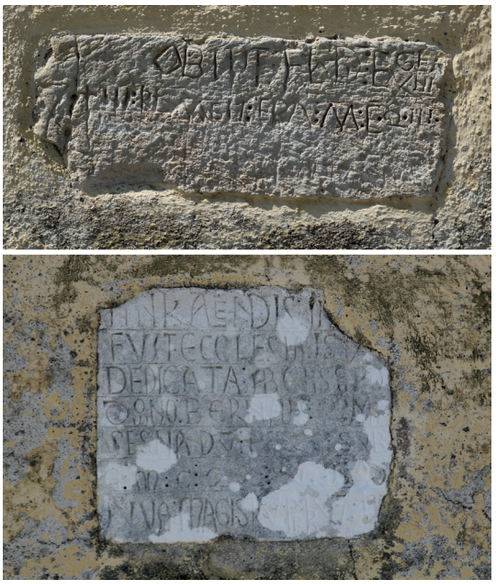
Torreões semicirculares no lado noroeste



Muralha norte do recinto interior. À direita encontra-se a torre de menagem



Igreja de Santa Maria da Alcáçova



Inscrições embutidas na parede lateral sul da igreja de Santa Maria da Alcáçova

Montemor (Santa Maria da Alcáçova, São Martinho, São Salvador, Santa Maria Madalena e São Miguel), onde surge taxada com 40 libras (a mais modesta verba das igrejas de Montemor-o-Velho). A tradição popular adulterou o orago da capela, São João, para a nova designação – "Capela do Abade João" – numa referência à lenda do Abade João e da primeira conquista de Montemor-o-Velho, em 850 (lenda sem fundamento, divulgada sobretudo no século XVI e consagrada por inscrição criada por Fr. Bernardo de Brito).

Já pertencente ao século XV, e com profunda remodelação no século XVI, temos as ruínas do Paço das Infantas (depois convertido em Paço Real), que se implantou sobre a linha de muralha do castelo, truncando o seu adarve. Descrições antigas destas ruínas referem janelas manuelinas, hoje ausentes. Foi no seu espaço que se construiu a Casa de Chá do Paço das Infantas, um projeto desenvolvido pelo arquiteto João Mendes Ribeiro entre os anos de 1997 e 2001, no âmbito de um processo de revitalização das ruínas do castelo.

Texto: MJB - Fotos: JNG - Plano: GM/MF/MS (sobre SIPA-DGPC)

Bibliografia

Al-Idrisi, pp. 139 e 172; Almeida, C.A.F., 1986a, pp. 88 e 80; Almeida, C.A.F., 2001, p. 48; Almeida, J., 1945, II, pp. 150-154; Almuqtabis II-1, pp. 317-318; Almuqtabis III, p. 157; Barroca, M.J., 2000a, Insc. n.º 6 (de 982, julho,1), n.º 7 (de c. 982), n.º 43 (de fins do século XI), n.º 64 (de 1128, julho, 1), n.º 198 (de [1192-1201]) e n.º 445 (de 1299, setembro, 7); Barroca, M.J., 2005, pp. 111-126; Barroca, M.J., 2017a, Insc. n.º 7 (de 982 e 985, abril, 25), n.º 8 (de 982, julho,1), n.º 9 (de c. 982), n.º 51 (de fins do século XI), n.º 75 (de 1128, julho, 1), n.º 226 (de [1192-1201]); Boissellier, S., 2012, pp. 96 (de 1220-1229) e 174 (de 1320); Brandão, A., 1632, IV, pp. 262vº-263vº; Chanc. Af. III, I, doc. n.º 307 (de 1261, setembro, 15); Chanc. D. João I, IV, doc. n.º 602 (de 1426, fevereiro, 19); Coelho, M.H.C., 2002; Conceição, A.S., 1944; Correia V. e Gonçalves, A.N., 1953, pp. 128-135; Cressier, P., 2005, p. 179; Dias, L.F.C., 1961-69, III, pp. 282-290 (de 1516, agosto, 20); Dias, P., 1988, p. 167; Ds, doc. n.º 194 (de 1210, outubro); Figueiredo, A.M., 1906; Gil, J., 1986, pp. 77-79; Larcher, J.N., 1935, II, pp. 273-356; LPreto, doc. n.º 49 (de 1095, dezembro, 24), doc. n.º 130 (de 1047), doc. n.º 307 (de 1088); LSanto, doc. n.º 59 (de 1095, fevereiro, 25); Martins, M.G., 2016, pp. 283-284; Matos, J.C., 1977; Mem. Paroq. 1758 (2011), p. 595; Monteiro, J.G., 1999, p. 127; Penajoia, M., 2014; Peres, D., 1969, pp. 123-129; Pmh, Dc, doc. n.º 698 (de 1088); Pmh, Leges, pp. 557-559 (de 1212, maio); Pmh, Ll, 26A3 e 7D4; Pmh, Script., pp. 2, 4, 9, 11, 18 e 19; Rau, V., 1943 (1982), pp. 143-144; Simões, A.F., 1870, p. 24, nota 1; SIPA.